

## **APRESENTAÇÃO**

A presente revista, número 48, terceira dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta de 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com a finalidade de provocar a comunidade acadêmica a aprofundar-se nos debates contemporâneos do campo jurídico, os autores aqui reunidos demonstram a complexidade e a seriedade nas quais a pesquisa jurídica deve estar ancorada.

Desta forma, a Pra. Dra. Irene Portela, com o estudo ***A Ruptura Epistemológica entre a Globalização da Economia de Mercado e a Globalização do Regionalismo Latino-Americano e do Brasil: qual é o espaço do cidadão?*** questionou as variáveis exógenas do sistema político-econômico globalização como economia global, com comparações entre o ordenamento jurídico brasileiro e as experiências internacionais.

O artigo ***A Perda de Chance no Mandato Forense: Análise da Responsabilidade Civil sob a Perspectiva Jurídica Europeia e Brasileira***, confeccionado pelo Prof. Dr. Lúcio Carlos Afonso Ferraz e pela Msc. Amanda Mara da Silva, apresentou uma abordagem no contrato de mandato no âmbito jurídico europeu, propondo aproximações com o ordenamento jurídico brasileiro.

Por sua vez, o Prof. Dr. Jacopo Paffarini, no artigo ***Uma Perspectiva Brasileira sobre Desenvolvimento (in) Sustentável do Capitalismo Corporativo***, demonstrou a necessidade de fortalecimento jurídico e gerenciamento econômico, mediante as contradições capitalistas e governamentais do Brasil.

Os Profs. Drs. Luiz Eduardo Gunther e Augustus Bonner Cochran III, no artigo ***The Singularities of moral Harassment and its classification as personal injury***

**and/or existential damage**, objetivaram analisar o assédio moral em seus aspectos jurídicos e comportamentais no âmbito trabalhista.

Voltado na cultura da conciliação e mediação, o artigo **Resgatando a Importância da Transação Coletiva de Consumo no Brasil**, escrito pelo Prof. Dr. Dennis Verbicaro, identificou nas virtudes da transação coletiva nas relações de consumo um método eficaz para a prevenção e solução de conflitos.

Por sua vez, em **Capitalismo Verde**, o Prof. Dr. Enzo Bello e a Mestra Allana Ariel Wilmsen Dalla Santa, salientam a necessidade de uma busca de mecanismos de proteção ambiental com possibilidades de conciliar os elementos da economia e da proteção ambiental.

Em **Igualdade de Gênero e Reforma da Previdência**, o Prof. Dr. Marcelo Leonardo Tavares analisou as questões da igualdade de gênero e da idade mínima para a aposentadoria, sob a ótica das características e da finalidade do sistema previdenciário brasileiro.

No mesmo viés, a Profa. Dra. Ingrid Zanella Andrade Campos, com o **A Análise Histórica Comparada Internacional do Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, traçou um panorama histórico comparado internacional do reconhecimento de escrever o princípio com objetivo de união entre o desenvolvimento econômico e o conceito de sustentabilidade.

Em uma perspectiva jurídica, sociológica e evolutiva, os Profs. Drs. Mateus de Oliveira Fornasier, Luciano Vaz Ferreira e a Dra. Carla Froener Ferreira, abordaram a autonomia da vontade contratual e seu desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro tornando influente no sistema construtivista, no artigo intitulado **Neoconstitucionalismo e Direito Privado: uma abordagem sistêmico autopoiética da evolução da autonomia da vontade contratual**.

Na mesma linha, o Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho, o Msc. Yuri Fernandes Lima e a Msc. Virginia Pimentel Santos Custódio, em **Como Reduzir os**

***Danos à Biodiversidade Decorrentes do Atropelamento de Animais Selvagens nas Estradas que Cruzam a Floresta Atlântica Brasileira?*** analisam os impactos sobre a biodiversidade decorrente dos atropelamentos de animais silvestres, bem como a criação e implantação das normas ambientais que visam a redução destes danos.

Em seguida, o Prof. Dr. Celso Antônio Pacheco Fiorillo e a Prof. Dra. Renata Marques Ferreira, no artigo ***Tutela Jurídica dos Bens Culturais em Face de Economia Criativa e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental***, refletiram acerca do princípio da prevenção e do instrumento constitucional de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, visando assegurar sua efetividade no plano normativo pátrio.

O Prof. Dr. Kiwonghi Bizawu e o Graduado Renan Lucio Moreira, em ***Licenciamento Ambiental e a Política Nacional de Segurança de Barragem Lei 12.334/2010***, trataram dos conceitos e dos institutos consagrados para a concessão do licenciamento ambiental, bem como dos requisitos necessários.

Para a verificação do mínimo existencial em referência a dignidade humana, o Prof. Dr. David Augusto Fernandes, no trabalho intitulado ***Anôdo de Sacrifício: a Pobreza e a Indignidade da Pessoa Humana***, abordou a exclusão social e as dificuldades de uma sociedade que não participa de modo igualitário na formação educacional adequada para o mercado de trabalho.

Por sua vez, o artigo ***Diferentes Formas de Conjugalidade sob a Perspectiva do Direito Português***, escrito pela Profa. Dra. Léia Comar Riva apresentou o intuito de discutir as limitações das diferentes formas de constituir família e a trajetória em relação a proteção das formas familiares na Europa, especificamente Portugal.

Ao passo da evolução da ***Responsabilidade Civil do Estado: breve panorama evolutivo do direito brasileiro***, a Profa Dra. Clara Angélica Gonçalves Dias e a Msc. Ana Terra Teles de Carvalho visaram demonstrar a postura do Estado em resposta aos atos de seus agentes.

Reforçando a base moral dos direitos humanos, a Profa. Dra. Leticia Albuquerque e a Msc. Thais Silveira Pertille, no artigo intitulado ***O Princípio da Dignidade Humana como Salvaguarda da Proteção ao Refugiado***, analisaram o alicerce da proteção daqueles que deixaram de ter um estado garantidor e ficaram à mercê do reconhecimento de sua humanidade.

Em As ***Razões Epistemológicas para Inadmissibilidade da Pena de Morte: um ensaio a partir do filme “A Vida de David Gale”***, o Prof. Dr. Nestor Eduardo Araruna Santiago, o Prof. Dr. Rafael Marcílio Xerez e a Msc. Andréa de Boni Nottingham verificaram como a pena de morte retira a possibilidade de recuperação do indivíduo tornando-o um ser eternamente culpado.

Outrora, como enfoque de aprimorar o campo epistemológico, a partir da obra ***“A Luta Pelo Direito,”*** a Profa. Dra. Sandra Maciel-Lima e as Msc. Viviane Duarte Couto de Cristo e Alexandra Barbosa Campos de Araujo trouxeram em ***The Struggle For Law”: a legal field opening re-reading*** a possibilidade por intermédio de pesquisa bibliográfica de efetivar a aplicação da justiça social a partir do conhecimento jurídico e sociológico.

Por sua vez, a Profa. Dra. Carla Ribeiro Volpini Silva e a Msc. Taisse June Barcelos Maciel Romano, pesquisaram o impacto dos eventos ambientais, naturais e antropogênicos na vida do ser humano, no artigo ***A Proteção Internacional dos Refugiados Ambientais Fundamentada Nos Mecanismos De Proteção Do Direito.***

O Prof. Dr. Benjamin Miranda Tabak e o Msc. Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes analisaram as formas de prestações de serviços públicos em ***O Custo da Justiça, à Luz das Modernas Técnicas de Gestão Judicial e da Análise Comportamental do Direito: uma reflexão sobre o atual sistema de cobrança de custas judiciais.***

Preocupados em resguardar os direitos dos cidadãos brasileiros, o Prof. Dr. Valmir César Pozzetti e a Msc. Marie Johan Nascimento Ferreira, demonstraram no

artigo ***Direito Do Estrangeiro, Imigrante Ou Refugiado, À Propriedade Rural, No Brasil***, a luta pela posse desde os primórdios da humanidade para o homem como uma garantia de estabilidade perante uma sociedade.

Verifica-se, desta forma, que os artigos reunidos nesta edição, visaram agregar cientificidade ao debate jurídico contemporâneo nas suas mais variadas óticas, fortalecendo, assim, a Revista Jurídica Unicuritiba em fomentar os estudos críticos do Direito.